

SHOWMAN PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA

CNPJ: 55.444.985/0001-36

Processo Licitatório nº 7071/2025– Dispensa eletrônica nº 128/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada visando a recuperação de piso e rodapé em granilite no prédio da policlínica.

AO(À) SENHOR(A) PREGOEIRO(A)

RECURSO ADMINISTRATIVO

A empresa **SHOWMAN PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA**, já devidamente qualificada nos autos do processo licitatório em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 8.666/1993 (ou art. 165, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, conforme aplicável), interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, pelas razões de fato e de direito a seguir delineadas.

I – DA SÍNTESE FÁTICA

A empresa foi inabilitada sob o fundamento de que o atestado de capacidade técnica apresentado comprovaria apenas a execução de **serviços de instalação de piso**, não incluindo a **recuperação em granilite**, o que supostamente contrariaria as exigências do edital.

No entanto, a **interpretação adotada na decisão de inabilitação** incorre em **equívoco técnico e jurídico**, resultando em violação aos princípios basilares que regem os processos licitatórios.

II – DO ITEM 3.3 DO EDITAL E DA ILEGALIDADE DO PARECER TÉCNICO

O **item 3.3 do edital** estabelece expressamente a exigência de apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica que comprovem a execução de serviço similar** ao objeto da licitação – e não serviço **idêntico**.

Não obstante, o parecer técnico que embasou a inabilitação da Recorrente **contrariou essa diretriz objetiva**, ao exigir que o atestado comprovasse a execução de

todos os serviços constantes do objeto, de forma cumulativa e literal, desconsiderando a compatibilidade técnica entre os serviços de instalação e de recuperação.

Essa interpretação **viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório**, previsto no **art. 41 da Lei nº 8.666/1993**, bem como o **princípio do julgamento objetivo (art. 44)**, pois transforma indevidamente uma exigência de **similaridade técnica** em uma exigência de **identidade absoluta**, não prevista no edital.

Nesse sentido, destaca **Marçal Justen Filho**, em sua obra *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*:

“A interpretação do edital deve privilegiar a busca da proposta mais vantajosa para a Administração, sem se perder em formalismos excessivos que contrariam a finalidade do certame. A exigência de aptidão técnica deve observar a compatibilidade, e não a identidade, entre os serviços.”
(JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 19. ed. São Paulo: RT, 2023.)

III – DA SIMILARIDADE TÉCNICA E DA CAPACIDADE DEMONSTRADA

O atestado apresentado comprova a execução de **instalação de piso**, serviço que exige domínio técnico e instrumental idêntico àquele aplicado na **recuperação**. Isso porque ambos os serviços lidam com o **mesmo tipo de material**, técnicas de polimento, nivelamento, preparação de superfície e acabamento.

Desta forma, os serviços são **inegavelmente similares em natureza, complexidade e características técnicas**, nos exatos termos do **§1º do art. 30 da Lei nº 8.666/93**, que autoriza o uso de atestados **compatíveis**, e não necessariamente idênticos.

Conforme ensina **Maria Sylvia Zanella Di Pietro**:

“A exigência de comprovação de aptidão técnica deve ser razoável e proporcional, limitando-se à demonstração de que a empresa é capaz de realizar o objeto contratual. Não se pode exigir identidade absoluta entre os serviços anteriormente executados e os previstos no edital.”
(DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 35. ed. São Paulo: Atlas, 2022.)

Portanto, a inabilitação com base em **rigorismo excessivo** não encontra amparo técnico, doutrinário, legal nem jurisprudencial, como reforça também o entendimento do **Tribunal de Contas da União**:

“Não se pode exigir, de forma indevida, que os atestados de capacidade técnica reflitam, de forma literal, todos os itens do objeto, desde que comprovada a similaridade técnica e a compatibilidade em complexidade.”
(TCU – Acórdão nº 1921/2020 – Plenário)

IV – DOS PRINCÍPIOS LICITATÓRIOS VIOLADOS

A interpretação restritiva adotada viola frontalmente os princípios do:

- **Julgamento objetivo** – vedada a avaliação subjetiva ou critérios não previstos no edital;
- **Razoabilidade e proporcionalidade** – a exigência de identidade literal é formalista e desnecessária;
- **Competitividade** – afasta empresa comprovadamente apta por questão meramente interpretativa;
- **Vinculação ao instrumento convocatório** – ignora o texto do item 3.3 do edital, que fala em “serviço similar”.

Como leciona **Celso Antônio Bandeira de Mello**:

“A licitação não pode ser instrumento de exclusão indevida de competidores, tampouco pode ser transformada em rito formalista e inútil. Sua razão de ser está na obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, o que requer a valorização da substância em detrimento da forma.”(MELLO, *Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 36. ed. São Paulo: Malheiros, 2023.*)

V – DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer-se:

1. O **recebimento e conhecimento** deste recurso administrativo;
2. A **revisão da decisão de inabilitação da empresa**, considerando que:
 - o **item 3.3 do edital exige apenas similaridade técnica**;
 - o atestado apresentado **comprova capacidade técnica plenamente compatível** com o objeto da licitação;
 - o parecer que embasou a inabilitação **afronta o edital, a jurisprudência e a melhor doutrina**;
3. Caso não reconsiderada, que a matéria seja **submetida à autoridade superior**, para decisão nos termos da legislação aplicável.

Nestes termos,
Pede deferimento.

SHOWMAN PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA
CNPJ: 55.444.985/0001-36
Cinthia Aparecida de Lima Barboza -
Administradora legal

Raquel Oliveira Gonçalves
Advogada
OAB/SP 496.380